

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	25
10.5 - Políticas contábeis críticas	29
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	36
10.8 - Plano de Negócios	37
10.9 - Outros fatores com influência relevante	38

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Principais Riscos de Mercado a que a Companhia está Exposta, inclusive em Relação a Riscos Cambiais e a Taxas de Juros (descrição quantitativa e qualitativa)

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a riscos de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros).

Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. A influência do Governo Federal, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as nossas atividades e o valor de mercado das nossas ações.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, que modifica a política monetária. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como o valor de mercado das nossas ações, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em níveis federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como: (i) taxa de juros; (ii) flutuações nas taxas de câmbio; (iii) controle cambial e restrições a remessas ao exterior; (iv) inflação; (v) liquidez nos mercado financeiro e de capitais; (vi) política fiscal e regime tributário; e (vii) eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os nossos negócios, o que pode causar um efeito material adverso em nossos resultados e no valor de nossas ações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Risco de Taxa de Juros**

Decorre da possibilidade de nós e nossas controladas sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. Apesar de diversificarmos as nossas captações de recursos em termos de taxas pré fixadas ou pós fixadas, não podemos assegurar que não ocorrerão oscilações nas taxas pré fixadas e/ou pós fixadas, portanto, alterações nas políticas do Governo Federal que ocasionem tais oscilações poderão impactar adversamente nossas operações e resultados, tendo em vista que não possuímos instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação das taxas de juros.

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme descritos abaixo:

Empréstimos e Financiamentos - Composição

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u>	Menos de <u>1 mês</u>	De 1 a 3 <u>meses</u>	De 3 meses <u>a 1 ano</u>	De 1 a 5 <u>anos</u>	Mais de <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2013							
Passivos de arrendamento financeiro	16,91	28	57	255	299	-	639
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	15,71	8.878	17.756	79.902	28.876	-	135.412
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,43	648	1.297	5.834	4.966	400	13.145
		9.554	19.110	85.991	34.141	400	149.196
31 de dezembro de 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,18	5.866	11.731	52.791	53.776	-	124.164
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,73	363	727	3.272	5.113	-	9.475
		6.273	12.545	56.455	59.338	-	134.611

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u>	Menos de <u>1 mês</u>	De 1 a 3 <u>meses</u>	De 3 meses <u>a 1 ano</u>	De 1 a 5 <u>anos</u>	Mais de <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2013							
Passivos de arrendamento financeiro	16,91	28	57	255	299	-	639
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	15,71	8.878	17.756	79.902	28.876	-	135.412
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,25	731	1.461	6.576	10.482	863	20.113
		9.637	19.274	86.733	39.657	863	156.164
31 de dezembro 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,16	5.910	11.819	53.187	53.776	-	124.692
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,82	380	760	3.423	11.107	-	15.670
		6.334	12.666	57.002	65.332	-	141.334

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O prejuízo do período em 31 de dezembro 2013 aumentaria em R\$ 2.488 (aumentaria em R\$ 2.054 em dezembro 2012). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Risco de Taxas de Câmbio

Alterações nas taxas de câmbio afetam a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido por nós. Não possuímos instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação de taxas de câmbio.

A desvalorização acentuada do Real em relação ao Dólar poderá gerar efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos nossos negócios.

Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar nossos negócios.

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre 2004 e 2013, a taxa de juros referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia variou entre 19,8% e 10,0% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, como consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos. Qualquer destes fatores poderia afetar nossos negócios negativamente.

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dólar. Em 31 de dezembro de 2013, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

Ativo

Sociedades	31.12.13	31.12.12	atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	347.569	303.192	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	737.669	643.484	10,25% a.a.	-

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Eurobonds	446.941	373.372	-	-
	446.941	373.372	-	-
Valores a pagar de terceiros	29.940	24.383	29.940	24.383
	29.940	24.383	29.940	24.383
Fornecedores	655	261	655	261
ACC	5.450	2.172	5.450	2.172
	6.105	2.433	6.105	2.433

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço.

A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2013 seria uma despesa financeira de R\$ 45.201 na controladora, quando e caso ocorresse a desvalorização da moeda (R\$3.393 no consolidado).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:****a) Riscos para os quais se busca proteção.****Risco de crédito**

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação as contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não tem garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos Títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado a possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado a possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

Risco de liquidez

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez e do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

A administração utiliza para gerenciamento de riscos estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (Hedge) e quais são esses objetivos.

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos, bem como no monitoramento de riscos adotado por nós e nossas controladas.

.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens anteriores deste tópico.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Em relação às demonstrações financeiras dos 03 últimos exercícios sociais; e ao período entre a data de fechamento do último exercício social e a data de entrega do formulário de referência, os diretores devem comentar

A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

No final de 2013, a Bombril iniciou um plano estratégico com o objetivo de continuar crescendo através de uma postura sustentável nas atividades e nos resultados, acelerando o rejuvenescimento da marca e ampliando seu reconhecimento como a maior e melhor solução de limpeza do Brasil.

O plano estratégico está baseado em três pilares: (1) aumentar a penetração das marcas na casa dos consumidores, apresentando seu amplo portfólio ao Mercado, focando diretamente na jovem consumidora da classe média brasileira (Protagonismo Feminino) e renovar anualmente seu portfólio trazendo sempre produtos inovadores e de nichos como diretriz; (2) melhorar a infraestrutura operacional da Companhia modernizando o parque fabril, aprimorando controles internos e investindo em tecnologia da informação, tendo como foco a redução dos custos fixos. (3) Implantar uma gestão por mérito e reconhecimento através de indicadores de performance por áreas.

As ações tomadas pela Administração visam direcionar a Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhorar a sua situação patrimonial e financeira e aumentar a geração positiva de seu fluxo de caixa.

O ano foi marcado por um crescimento de 18% da receita líquida e de 4% do Lucro Operacional (EBITDA). Houve também um avanço na área industrial, melhorando consideravelmente a produtividade das linhas e reduzindo mão-de-obra excedente. Assim como, mantém-se permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, fortalecimento das negociações com fornecedores estratégicos e o fortalecimento dos controles internos.

A receita líquida de vendas da Companhia em 2013 atingiu a cifra de R\$ 1.160 milhões (consolidado), com um volume total de vendas de cerca de 380 mil toneladas, apresentando crescimento de 17,9% em relação ao exercício anterior (R\$ 984 milhões) e 37,3% em comparação com 2011 (R\$ 845 milhões).

As despesas operacionais (Comerciais e Administrativas) totalizaram R\$ 444 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 22,7% em relação ao exercício anterior (R\$ 362 milhões) e 37,5% em comparação com 2011.. A linha das despesas com vendas foi a que mais influenciou as despesas operacionais com um aumento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 23,2% em relação a 2012 e 42,5% em comparação com 2011, refletindo a forte competitividade do mercado. As despesas administrativas, foram negativamente impactadas no quarto trimestre de 2013, devido à reestruturação organizacional iniciada em outubro de 2013.

O LAJIDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) foi de R\$ 80,4 milhões no ano de 2013, representando 6,9% sobre a Receita Líquida, contra R\$ 77,4 milhões no ano de 2012, representando 7,8% da Receita Líquida e R\$ 61,4 milhões em 2011 representando 7,3% da Receita Líquida. A margem LAJIDA teve como principais ofensores, a feroz competitividade do mercado, a reestruturação organizacional, a adesão aos refinanciamentos dos tributos federais, estadual e pela perda decorrente da liquidação do Banco BVA.

	Consolidado - R\$ (mil)		
	2013	2012	2011
(=) Prejuízo Líquido do Exercício	(154.039)	(23.310)	(19.313)
(+) Imposto de renda e contribuição social	976	(6.117)	(1.889)
(+) Resultado não recorrente	22.700	15.345	(18.861)
(+) Resultado atribuído a Acionistas não Controladores	-	(398)	643
(+) Resultado financeiro líquido	187.824	69.044	77.730
(+) Depreciação e amortização	22.890	22.816	23.071
(=) LAJIDA	80.351	77.380	61.381
Receita líquida	1.159.975	984.038	845.814
LAJIDA sobre a receita líquida %	6,9%	7,9%	7,3%

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 188 milhões (negativos) neste exercício, impactado pelo efeito da variação cambial líquida de R\$ 52 milhões (negativo), e por eventos não recorrentes, sendo os dois principais, a adesão ao acordo de Refinanciamento de Tributos Federais (REFIS), R\$ 120 milhões e ao Parcelamento Especial de Tributos do Estado de São Paulo (PEP-SP), R\$ 33 milhões minimizando incertezas e riscos quanto á perda provável e iminente das discussões administrativas ou judiciais relacionadas. Em 2012 o resultado financeiro líquido apresentou uma variação positiva saindo de R\$ 78 milhões (negativos) contra R\$ 41 milhões (positivos) em 2011, impactado principalmente pela variação cambial líquida (R\$ 34 milhões).

O Resultado Operacional da Companhia reduziu de R\$ 44 milhões (lucro) em 2012 para R\$ 37 milhões (lucro) em 2013, devido principalmente aos eventos não recorrentes descritos no parágrafo acima. O Resultado Líquido do Ano foi de R\$ 154 milhões (prejuízo), contra R\$ 23 milhões (prejuízo) apurados em 2012 e R\$19 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(prejuízo) em 2011.. Excluindo os eventos não recorrentes, como a adesão ao REFIS e ao PEP-SP e os impactos da variação cambial negativa, entre outros, a Companhia teria registrado um lucro líquido de R\$ 62 milhões.

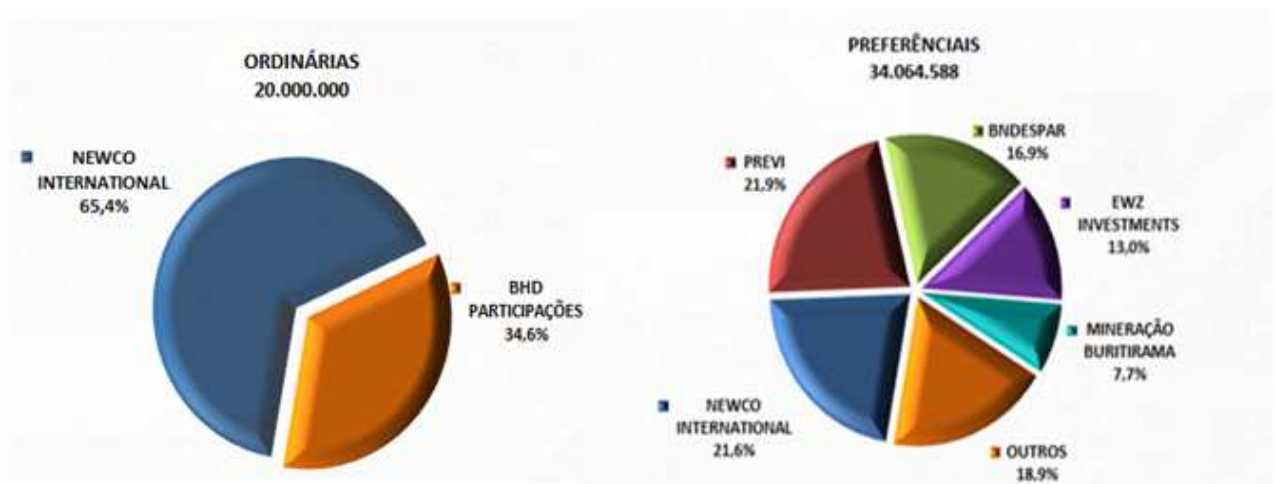
Em 2013, a Bombril fez investimentos na ordem de R\$ 24 milhões destinados à ampliação e modernização do seu parque industrial, mas principalmente na atualização do seu parque de tecnologia da informação.

O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou 2013 em R\$ 129 milhões ante R\$ 105 milhões em 2012 e R\$ 87 milhões em 2011. A porção do endividamento em 2013 não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo aumentou de 53% para 74%. O custo médio ponderado do endividamento bancário aumentou para 14,0% a.a. basicamente devido ao aumento da taxa básica de juros (SELIC).

O patrimônio líquido da Companhia, que era negativo em R\$ 15,7 milhões em 2012, fecha o ano de 2013 em R\$ 123,9 milhões negativos, influenciado pelos fatores indicados. Em 2011 encerrou com R\$ 37,6 negativos.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipótese de resgate ; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

A Administração da Companhia está empenhada em equilibrar a estrutura de capital, tentando reduzir o Endividamento Bancário, entretanto o Endividamento Fiscal ainda pesará no polo de capital de terceiros no longo prazo.



O capital social autorizado está dividido em 60.000.00 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As ações preferenciais, não tem direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior.

A estrutura da Companhia, em relação aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, estão descritas conforme tabela a seguir.

(R\$ mil)	<u>2011</u>	<u>%</u>	<u>2012</u>	<u>%</u>	<u>2013</u>	<u>%</u>
Capital de Terceiros (1)	722.786	105,48%	735.609	102,18%	834.469	117,43%
Capital Próprio (2)	<u>(37.557)</u>	<u>-5,48%</u>	<u>(15.692)</u>	<u>-2,18%</u>	<u>(123.868)</u>	<u>-17,43%</u>
Total	685.229	100,00%	719.917	100,00%	710.601	100,00%

(1) *Capital de Terceiros corresponde à soma do Passivo Circulante e Não Circulante ao final de cada exercício social;*

(2) *Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.*

(i) hipótese de Resgate

De acordo com o estatuto da Companhia, o Conselho de Administração poderá emitir novas ações preferencias, inclusive com cláusula de resgate, conforme a seguir.

Artigo 7º: As ações preferenciais não têm direito a voto, gozando, contudo, das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (b) prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório; e (c) garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

Parágrafo Único: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir, até o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas, novas ações preferenciais em classes diferenciadas, inclusive com cláusula de resgate ou amortização, vedada a conversão em ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá, dentro do limite do capital autorizado, propor a emissão de ações preferenciais de qualquer classe e tipo, de acordo com este Estatuto Social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Artigo 11: As condições de resgate ou de amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais deverão ser submetidas à aprovação da maioria dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, e deverão ser ratificadas em Assembleia Especial dos acionistas das espécies e classes atingidas no prazo de 1 (um) ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Do ponto de vista do Balanço, a Bombril S.A. vem mantendo uma evolução consistente com os resultados operacionais, o que possibilita cumprir com todas as suas obrigações junto aos seus fornecedores e honrar todos os seus compromissos de curto prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia e desenvolveu ao longo destes exercícios um melhor relacionamento com Bancos de primeira linha, Instituições de fomento mercantil e Bancos de Desenvolvimento como alternativas de financiamento, captações estas que tem como foco a expansão e modernização de seu parque industrial.

Balanço Patrimonial BOMBRIL S/A - Consolidado
Ativo

	2011	2012	2013
Ativo Total	685	720	711
Ativo Circulante	272	330	345
Disponibilidades	22	30	27
Créditos Diversos	168	204	280
Estoques	82	96	39
Ativo Não Circulante	413	391	366
Ativo Realizável a Longo Prazo	66	51	25
Estoques	41	25	0
Créditos Diversos	16	26	25
Ativo Permanente	320	339	341
Imobilizado	309	308	310
Intangível	11	31	32

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanco Patrimonial BOMBRIL S/A - Consolidado**
Passivo

	2011	2012	2013
Passivo Total	685	720	711
Passivo Circulante	273	303	378
Fornecedores	77	103	125
Obrigações Fiscais / Tributárias	77	84	91
Empréstimos e Financiamentos	85	76	116
Outros Débitos	34	41	46
Passivo Não-Circulante	450	433	456
Empréstimos e Financiamentos	42	65	41
Obrigações Fiscais / Tributárias	167	143	234
Outros Débitos	161	139	93
Provisões para Contingência	80	85	88
Patrimônio Líquido	(38)	(16)	(124)
Capital Social Realizado	795	795	795
Reservas de Capital	29	29	29
Reservas de Reavaliação	41	38	36
Lucros / Prejuízos Acumulados	(883)	(890)	(1.040)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	73	72	68
Ajustes Acumulados de Conversão	(95)	(64)	(12)
Participação dos Acionistas não Controladores	3	3	0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado do Exercício DRE- Consolidado**

R\$ milhões	2011	2012	2013
Receita Líquida	846	984	1.160
Custo dos Produtos Vendidos	(474)	(551)	(646)
Margem Bruta	372	433	514
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(323)	(366)	(444)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	7	(25)	(33)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57	45	37
Resultado Financeiro Líquido	(78)	(69)	(188)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(21)	(24)	(151)
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	(5)	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2	5	(1)
Lucro/Prejuízo Período	(19)	(24)	(154)

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A utilização de quaisquer fonte de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez, não é aplicável. A Diretoria da Companhia entende que em situações de equilíbrio econômico, a geração de caixa operacional é suficiente para cobrir as obrigações de capital e passivo circulante. Havendo necessidade de disponibilidades com as obrigações no curto prazo, contamos com linhas de crédito nas principais instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau e subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas a Companhia.

O endividamento bancário da Companhia esta distribuído abaixo:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS							
	Taxa média anual de encargos %	Controladora			Consolidado		
		31.12.13	31.12.12	31.12.11	31.12.13	31.12.12	31.12.11
<u>Em moeda estrangeira:</u>							
Euro							
Financiamento de Insumos - (FINIMP)		-	-	2.223	-	-	2.223
							-
Dólar norte-americano							
Financiamento de Insumos - (FINIMP)		-	-	5.562	-	-	5.562
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	4,87	5.450	2.172	4.639	5.450	2.172	4.639
<u>Em moeda local:</u>							
Arrendamento Mercantil	16,91	639	972	2.006	639	972	2.006
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	6,85	12.991	15.154	19.726	19.960	21.878	23.850
Capital de giro	15,71	130.116	118.493	76.260	130.116	118.493	88.445
Total		149.196	136.791	110.416	156.165	143.514	126.725
Circulante		114.656	75.273	71.436	115.645	76.002	84.609
Não circulante		34.540	61.518	38.980	40.519	67.512	42.116

O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou 2013 em R\$ 129 milhões ante R\$ 105 milhões em 2012. Adicionalmente, a porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo aumentou de 53% para 74%. O custo médio ponderado do endividamento bancário aumentou para 14% a.a basicamente devido ao aumento da taxa básica de juros (SELIC). Em 31 de dezembro de 2013 nossos empréstimos e financiamentos bancários totalizaram R\$ 156 milhões, dos quais R\$ 41 milhões tem vencimento após 2014 representando 9% do passivo não circulante, conforme descritos na tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ano de vencimento	Controladora			Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.11	31.12.13	31.12.12	31.12.11
2015	28.378	39.835	9.883	29.792	40.787	10.927
2016	3.470	15.084	-	4.885	16.312	-
após 2016	2.692	4.419	1.344	5.842	8.233	2.388
					9.065	
Total	34.540	59.338	11.227	40.519	65.332	13.315

Dívida Líquida BOMBRIL S/A - Consolidado

	2011	2012	2013
(1) Dívida Financeira Bruta	-127	-143	-156
(2) Disponibilidades	40	39	27
(1-2) Dívida Financeira Líquida	-87	-105	-129
Dívidas Fiscais	-200	-195	-283
Endividamento Líquido Total	-287	-300	-412
Endividamento Financeiro Bruto	2011	2012	2013
Curto Prazo	67%	53%	74%
Longo Prazo	33%	47%	26%

Nossos empréstimos estão garantidos em um mix de duplicatas a receber, aplicações financeiras, aval de coligada, máquinas e equipamentos.

(iii) grau e subordinação entre as dívidas.

A Bombril possui garantias reais previstas nos contratos de empréstimos junto às instituições financeiras.

Os contratos de ACC e ACE tem como garantia os recebíveis de exportação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação das dívidas da companhia, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A restrição quanto ao controle societário ocorrera caso houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente, a Companhia utiliza 80% de seu limite total de crédito bancário e todo o crédito tomado tem o mesmo grau de subordinação.

h) As alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Do ponto de vista do Demonstrativo de Resultados as principais variações observadas são as seguintes:

A receita líquida de vendas da Companhia em 2013 atingiu a cifra de R\$ 1.160 milhões (consolidado), com volume total de vendas de cerca de 431 mil toneladas, apresentando crescimento de 17,9% em relação ao exercício anterior (R\$ 984 milhões em 2012), e 37,3% em comparação com 2011 (R\$ 845 milhões).

As Despesas Operacionais (comerciais e administrativas) totalizaram R\$ 444 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 22,7% em relação ao exercício anterior (R\$ 362 milhões) e 37,5% em comparação com 2011. A linha das despesas com vendas foi a que mais influenciou as despesas operacionais com um aumento de 23,2% em relação a 2012 e 42,5% em comparação com 2011, refletindo a forte competitividade do mercado.

Os custos operacionais de produção aumentaram 17,2% em 2013 (R\$ 646 milhões) comparados com 2012 (R\$ 551 milhões) e 36,4% em relação a 2011 (R\$ 474 milhões), pressionados pela variação cambial e pela alta de inflação que impactaram os preços dos insumos, somadas ao alto volume de produtos vendidos, fatos estes que combinados ocasionaram desequilíbrio de produtividade nas linhas menos modernas, aumento da produção com horas extras e o incremento do custo de logística.

As despesas operacionais (Comerciais e Administrativas) totalizaram R\$ 444 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 22,7% em relação ao exercício anterior (R\$ 362 milhões) e 37,4% em relação a 2011 (R\$ 323 milhões). A linha das despesas com vendas foi a que mais influenciou as despesas operacionais com um aumento de 23,2% em relação a 2012, refletindo a forte competitividade do mercado. As despesas administrativas foram negativamente impactadas no quarto trimestre de 2013, devido à reestruturação organizacional iniciada em outubro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 188 milhões (negativos) neste exercício, impactado pelo efeito da variação cambial líquida de R\$ 52 milhões (negativo), e por eventos não recorrentes, sendo os dois principais, a adesão ao acordo de Refinanciamento de Tributos Federais (REFIS), R\$ 120 milhões e ao Parcelamento Especial de Tributos do Estado de São Paulo (PEP-SP), R\$ 33 milhões minimizando incertezas e riscos quanto à perda provável e iminente das discussões administrativas ou judiciais relacionadas. Em 2012 o resultado financeiro líquido apresentou uma variação positiva saindo de R\$ 78 milhões (negativos) contra R\$ 41 milhões (positivos) em 2011, impactado principalmente pela variação cambial líquida (R\$ 34 milhões).

O Resultado Operacional da Companhia reduziu de R\$ 44 milhões (lucro) em 2012 para R\$ 37 milhões (lucro) em 2013, devido principalmente aos eventos não recorrentes descritos no parágrafo acima. O Resultado Líquido do Ano foi de R\$ 154 milhões (prejuízo), contra R\$ 23 milhões (prejuízo) apurados em 2012 R\$19 milhões (prejuízo) em 2011. Excluindo os eventos não recorrentes, como a adesão ao REFIS e ao PEP-SP e os impactos da variação cambial negativa, entre outros, a Companhia teria registrado um lucro líquido de R\$ 62 milhões.

Do ponto de vista do Balanço Patrimonial as principais variações observadas são as seguintes:

As principais variações que podemos apontar são:

Operação descontinuada, com a venda da Empresa Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda, apresentam no Balanço, demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidado da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A..

Diferido, tem como base de mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais, que resultariam da forma na qual a Companhia espera no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Contingencia Tributária, a Companhia possui ação judicial na qual contesta a tributação (a) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas nos anos de 1996 a 2001, antes da sua efetiva disponibilização; (b) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas no ano de 2002 e seguintes, antes da sua efetiva disponibilização; e (c) do resultado positivo de equivalência patrimonial correspondente à variação cambial do investimento detido na BB Overseas. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL em discussão nessa ação judicial se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de decisão judicial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2013 foi publicado o resultado do julgamento da ADIN 2.588, no Supremo Tribunal Federal, como desfavorável ação a parcela do crédito tributário discutido na ação judicial proposta pela Companhia. Em razão de tal entendimento recomendaram a desistência parcial da ação e liquidação desse crédito tributário – de IRPJ e CSLL – mediante aproveitamento dos benefícios (descontos de juros de mora e multa) previstos pelo artigo 40 da Lei 12.865/13; ou, subsidiariamente, previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

O impacto do reconhecimento do REFIS em 2013 foi de R\$ 120.192, sendo R\$ 57.377 de impostos, R\$ 89.108 de despesas financeiras e outras despesas operacionais e R\$ (26.293) de benefício fiscal.

Com tudo a Administração da Companhia destaca que optou pela inclusão destes valores no modelo previsto pelo programa denominado REFIS IV, dada sua vantagem econômica com reduções (60% da multa de mora; 25% dos juros de mora e 100% de encargos), somada a possibilidade de parcelamento em até 180 meses, além de não ser exigido um percentual de entrada para o parcelamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os Diretores devem comentar os resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais. Descrever as principais tendências futuras identificadas em cada item das demonstrações financeiras

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

Nossa receita bruta de vendas (acima de 99% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013) é denominada em reais e provém da venda de nossos produtos em todo o território nacional.

No período de 2011 a 2013 o mercado de higiene e limpeza no Brasil cresceu 12 %, sendo que a Bombril cresceu 35% (03 vezes mais). Esse crescimento foi alinhado de acordo com as estratégias internas, que estão baseados em

lançamentos de produtos inovadores que vem de encontro ao desejo do consumidor reforçando assim a nossa linha de produtos de higiene e limpeza com qualidade, investimento em mídia e parcerias, e de obter melhores negociações com nossos fornecedores de matérias primas.

Estudo foi feito com base em dados secundários, atualizados e pesquisados através de fontes oficiais de informação, utilizando metodologia própria da IPC Marketing.

A Companhia continuará inovando e investindo em propaganda e publicidade, visando maior aproximação e preferência de seus produtos junto aos consumidores e aumentando ainda mais a sua já excelente participação no mercado.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços , taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A empresa obteve ganhos de receita com aumento nas vendas dos seus principais produtos e com instrução de novas categorias, sendo o aumento do portfolio de 2011 a 2013 foi de aproximadamente de 50%, com um incremento de 1,7 pontos percentuais na margem bruta.

O volume de produtos vendidos no ano de 2013 atingiu a soma de 431 mil toneladas, apresentando um crescimento de 13,4% em comparação com o ano de 2012 (380 mil toneladas).

A receita líquida de vendas da Companhia em 2013 atingiu a cifra de R\$ 1.160 milhões (consolidado), apresentando crescimento de 17,9% em relação ao exercício anterior (R\$ 984 milhões em 2012).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e data taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Mesmo com a desvalorização do real frente ao dólar, que superou todas as previsões e expectativas, conseguimos negociar com os principais fornecedores as nossas compras de matérias primas reduzindo os efeitos das taxas de cambio, e aliados aos repasses anuais de preços aos nossos clientes.

Comentamos abaixo o desempenho do LAJIDA da Companhia.

O LAJIDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) foi de R\$ 80,4 milhões no ano de 2013, representando 6,9% sobre a Receita Líquida, contra R\$ 77,4 milhões no ano de 2012, representando 7,8% da Receita Líquida. A margem LAJIDA teve como principais ofensores a feroz competitividade do mercado, a reestruturação organizacional, a adesão aos refinanciamentos dos tributos federais e estadual e pela perda decorrente da liquidação do Banco BVA.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

a) introdução ou alienação de segmento operacional;

Não houve introdução ou alienação no segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

No decorrer do exercício de 2013 a Companhia não constituiu ou adquiriu novas participações societárias, entretanto a Companhia alienou a coligada Ecoville Empreendimento e Construções S.A, conforme detalhado abaixo:

Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Em 28 de junho de 2013, a Companhia concluiu a venda do investimento na Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. e a participação indireta das controladas Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e São Paulo Prime Outlets S.A. para a Succespar Real Estate Desenvolvimento Imobiliário S.A., cuja participação representava 85,0429% do seu capital social. O valor total desta negociação foi de R\$41.095 sendo R\$ 21.970 a vista e uma parcela no valor de R\$ 19.125 (sendo R\$ 13.178 da Bombril S.A) com vencimento em 30 de junho de 2014.

Como consequência desta negociação, a Administração da Companhia a luz das práticas contábeis adotadas no Brasil combinadas com os padrões internacionais de contabilidade relativamente aos aspectos relacionados as questões envolvendo operações descontinuadas, apresenta a seguir as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidado da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Demonstração consolidada das operações descontinuadas (i)**

	31.12.2013	31.12.2012
Receitas (despesas) operacionais	(2.832)	(6.271)
Resultado operacional	(2.832)	(6.271)
Provisão para IRPJ e CSLL	(9)	(48)
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	(2.841)	(6.319)
Participação dos acionistas não-controladores	2	(127)
Prejuízo da operação descontinuada	(2.839)	(6.446)
Resultado 01.01.2013 á 30.04.2013	(2.504)	-
Resultado 01.05.2013 á 30.06.2013	(335)	-
	(2.839)	-
Participação Bombril 01.01.2012 á 30.04.2013 - 78,1846%	(1.958)	(5.040)
Participação Bombril 01.05.2013 á 30.06.2013 - 85,0429%	(285)	-
Prejuízo proporcional operação descontinuada	(2.243)	(5.040)

	31.12.2013	31.12.2012
Aplicados nas atividades operacionais	(52.040)	6.675
Provenientes das atividades de investimento	208	105
Aplicados nas atividades de financiamento	-	(11.544)
Caixa líquido das operações descontinuadas	(51.832)	(4.764)

As demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa incluem as demonstrações individuais da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. e de suas controladas Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e São Paulo Prime Outlets S.A.

c) eventos ou operações não usuais;

Não há eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Política de Práticas Contábeis. (03 últimos exercícios)****a) mudanças significativas nas práticas contábeis; b) efeitos significativos nas práticas contábeis;**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade. Nos últimos 03 anos 2011, 2012 e 2013, aderimos às práticas do IRFS no exercício 2010.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 31 de dezembro de 2013, a controlada possui ativos totais de R\$ 451.278 mil, patrimônio líquido de R\$ 450.281 mil e lucro no exercício de R\$21.871 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

Comentário da Administração:

Temos valores a receber e a pagar junto a empresas relacionadas ao nosso antigo acionista controlador. Em vista da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., em 30 de junho de 2003, nossa Administração constituiu provisão para perdas da totalidade dos ativos e manteve os passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas à época da originação da dívida, já que não pôde reunir elementos suficientes e adequados para a confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador, tendo em vista que parcela substancial de tais ativos e passivos são da controlada Bombril Overseas Inc., cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. referentes aos exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2002 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos por nossa Administração a partir de, entre outros, cópias de documentos, contratos e planilhas de controle. Até que o processo de liquidação judicial da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A. seja concluído e/ou que a documentação contábil da Bombril Overseas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Inc. seja liberada e disponibilizada pelas autoridades italianas, nossos auditores independentes serão incapazes de concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas em nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativamente aos saldos iniciais da controlada Bombril Overseas Inc. Não podemos assegurar que a documentação original da Bombril Overseas Inc. não conterá diferenças (positivas ou negativas) da documentação reconstituída por nossa Administração, o que poderá afetar adversamente o nosso resultado financeiro.

Ressalva do auditor:

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto comentado no parágrafo de Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bombril S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ressalva do auditor:

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto comentado no parágrafo de Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bombril S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Comentário da Administração:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS) e conforme os princípios contábeis. A companhia visa a constante transparência junto aos seus investidores e mercado em geral, fornecendo informações confiáveis e tempestivas,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

buscando sempre a atualização das informações apresentadas de acordo com novas normas e regulamentos. As ressalvas acima citadas quanto às demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base nos registros contábeis da Bombril Overseas, não compromete os números apresentados pela companhia e tampouco faz com que a posição patrimonial e financeira esteja em desacordo com estabelecimento pelas normas, procuramos atender de maneira clara a todos os questionamentos apresentados pelos auditores independentes e acionistas.

Ênfases do auditor:

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$123.868 mil, prejuízo de R\$154.039 mil e capital circulante negativo de R\$39.866 mil. Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e consequentes reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa nº1.

Conforme comentando na nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$ 3.888.592 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingenciais.

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são partes integrantes do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Società Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.377.018 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$70.591 mil.

Comentário da Administração:

A Companhia segue em crescimento constante e mantemos uma política de investimento e desenvolvimento tanto com o lançamento de novos produtos, quanto na compra de maquinários modernos. Todo esse investimento tem como objetivo fortalecer cada dia mais o equilíbrio patrimonial e continuar a disponibilizar ao mercado produtos de qualidade.

Prezamos por informações claras e objetivas, e em nossos registros contábeis todas as informações que podem no futuro impactar no negócio da Companhia são fundamentadas e registradas com prudência, em todos os valores de ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis.

O intuito da Companhia é apresentar informações coerentes com a atual situação do negócio, na certeza de demonstrar os resultados positivos alcançados ao longo dos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: previsões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Não há políticas críticas adotada pela companhia, o que há são as contingências descritas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31 de dezembro de 2013., conforme reproduzido abaixo.

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 31 de dezembro de 2013, estão provisionados os montantes de R\$ 87.398 (controladora) e de R\$ 88.376 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2013, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Trabalhistas	12.376	15.899	13.301	16.384
Cíveis	66.674	57.626	66.674	58.399
Fiscais	8.348	10.427	8.401	10.480
Total	87.398	83.952	88.376	85.263

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.11	11.620	51.631	14.581	77.832	12.112	53.470	14.633	80.215
Constituição de provisão	5.535	6.666	4.246	16.447	5.569	6.135	4.247	15.951
Baixas	(1.256)	(671)	(8.400)	(10.327)	(1.297)	(1.206)	(8.400)	(10.903)
Saldo em 31.12.12	15.899	57.626	10.427	83.952	16.384	58.399	10.480	85.263
Constituição de provisão	761	9.135	245	10.141	1.708	9.810	245	11.763
Operações descontinuadas -								
Ecoville	-	-	-	-	(507)	(1.448)	-	(1.955)
Baixas	(4.284)	(87)	(2.324)	(6.695)	(4.284)	(87)	(2.324)	(6.695)
Saldo em 31.12.13	12.376	66.674	8.348	87.398	13.301	66.674	8.401	88.376

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$217.814, sendo R\$165.530 possível e R\$52.284 provável.

O montante de R\$52.284 considerado como provável em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 49.886 em 31 de dezembro de 2012) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$3.803.721 em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.778.823 em 31 de dezembro de 2012). A

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Trabalhistas	8.991	5.708	8.991	5.708
Cíveis	182.415	164.443	182.415	164.821
Fiscais	3.612.315	3.595.416	3.612.315	3.608.294
Total	<u>3.803.721</u>	<u>3.765.567</u>	<u>3.803.721</u>	<u>3.778.823</u>

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$3.460.538 (atualizados dezembro de 2013), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 392.055 relativos ao ano de 1998, R\$388.309 relativos ao ano de 1999, R\$1.988.883 relativos ao ano de 2000 e R\$691.289 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013 foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia, ainda pendente de conclusão. Foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 0007190-09.2011.4.03.0000 declarando ilegal a penhora de ativos financeiros realizada em 2011 e, em 27 de setembro de 2013, foi expedido alvará de levantamento dos valores bloqueados (na ordem de R\$ 8.400). Em outubro de 2013, a UF apresentou novo pedido de constrição, desta vez relativos aos processo no. 93.00.02130-3. O pedido foi acolhido e, por consequência, foi interposto agravo de instrumento distribuído sob o no. 0027123-94.2013.4.03.0000, ao qual foi negado seguimento. Diante de tal situação, foi interposto agravo do artigo 557, par. 1º. Do CPC, o qual se encontra pendente de julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ainda pendente de julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013 pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito de a Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia apresentou Embargos de Declaração em face do acórdão e contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Atualmente, aguarda-se que sejam julgados os nossos Embargos de Declaração.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Em 22 de abril de 2003 a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012 foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia e em 30 de agosto de 2012 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores.

Por ocasião do julgamento da ADIN 2588, o STF analisou a validade do artigo 74 da MP 2.158/01, no seguinte sentido:

- não é válida a aplicação do parágrafo único do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros acumulados até 2001;
- é válida a aplicação do caput do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal.

Assim, considerando as chances de êxito para os lucros apurados em 2002, bem como considerando a reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV, nos termos da Lei 12.865/2013, a Companhia optou pela inclusão parcial dos valores em discussão no Refis (lucros acumulados em 2002) e manteve a discussão para os lucros acumulados até 2001, bem como para a variação cambial.

O valor atualizado do débito em discussão perfazia o montante de R\$ 502.396 em dezembro de 2013, sendo que foi incluído no parcelamento o montante de R\$ 134.303 e foi mantida a discussão para o montante de R\$ 368.092, sendo R\$ 319.179 considerados como probabilidade de perda remota e R\$ 48.913 como probabilidade de perda possível.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 17.893 mil em 31 de dezembro de 2013 consolidado (R\$ 23.529 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 22.328 em 31 de dezembro de 2011) ,relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as Práticas Contábeis, Governança e Compliance.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente;

A Administração da Bombril avaliou a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de processos desenvolvidos para fornecer conforto em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis.

Os pareceres de nossos auditores independentes com relação às nossas demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 2011, 2012 e 2013 não apontam quaisquer deficiências ou recomendações relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para elaboração das nossas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetivos dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios;

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não realizou oferta pública de ações

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, que os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, que não aparece no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamento mercantis operacionais, ativos e passivos;

Não existe arrendamento mercantil operacional ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Não existe contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Não existem outros itens não evidenciados pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(b) natureza a propósito da operação;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.